

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: No último minuto](#).....5

Folha de S. Paulo

[Título: Ministro faz pressão por cargos e abre guerra no Palácio do Planalto](#)..... 11

Valor Econômico

[Título: Leilão da cessão onerosa requer acordo até agosto](#)..... 27

[Título: Empregado pode ter de ressarcir PLR à Eletrobrás](#) 28

[Título: BNDES estuda medidas sobre liminar que suspende edital da privatização](#) 30

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Congresso deve deixar para 2019 projetos de interesse do governo.....2

Título: Petrobras faz parceria com a francesa Total em energia limpa4

Título: No último minuto.....5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo7

Título: Embraer e Braskem na xepa do Brasil.....7

Título: Tributação vira alvo de setor de combustíveis.....9

Título: Ministro faz pressão por cargos e abre guerra no Palácio do Planalto 11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 13

Título: Deputados repassam para conta de luz gastos com furto de energia e isenção 13

Título: Maia enterra PL de venda da Eletrobrás 14

Título: Construção de ferrovia pela Vale provoca disputa..... 15

Título: Chineses vão investir R\$ 400 milhões na construção de termoeletricas na BA	16
Título: Petrobrás vai investir em energia limpa	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Gasolina mais cara no DF	19
Título: Empresas reduzem conta de luz com geração própria	21
Título: É preciso uma profunda reforma no setor elétrico	23
VEÍCULO: Valor Econômico	24
Título: O custo do monopólio (de fato) da Petrobras.....	24
Título: Leilão da cessão onerosa requer acordo até agosto.....	27
Título: Curtas.....	28
Título: Empregado pode ter de ressarcir PLR à Eletrobrás	28
Título: BNDES estuda medidas sobre liminar que suspende edital da privatização	30
Título: Aprovada venda de distribuidoras da Eletrobrás	32
Título: Geração renovável atrai Petrobras e Total	33
Título: Chefe da Saudi Aramco alerta para crise de oferta	35
Título: Edital da Cesp agrada e mercado espera competição	37
Título: Destaques.....	39

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento E Manoel Ventura

Título: Congresso deve deixar para 2019 projetos de interesse do governo

Privatização da Eletrobrás e contrato da Petrobras com a União correm risco

-BRASÍLIA- Enquanto aumenta o risco de pautas que criam mais rombo no Orçamento serem aprovadas a toque de caixa, com a proximidade do recesso e das eleições, deputados e senadores devem paralisar a pauta econômica de interesse do governo e deixar tudo para depois das eleições. O presidente do

Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), marcou para hoje a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Com isso, os parlamentares poderão oficialmente entrar de férias, antecipando em uma semana o prazo normal, de 17 a 31 de julho. A partir de agosto, o foco dos parlamentares serão as eleições. O governo já sabe que os projetos que não entrarem agora dificilmente serão votados este ano.

CHANCE PARA CADASTRO POSITIVO

Entre as principais propostas que podem ter a votação adiada pelo Congresso estão a que permite a venda de distribuidoras da Eletrobrás e a que cria condições para resolver uma pendência contratual com a Petrobras em torno da cessão onerosa, contrato pelo qual a estatal adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo no pré-sal. Essa última proposta abre caminho para um megaleilão de petróleo este ano. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ao GLOBO que, diante do prazo curto, a ideia é focar em terminar a votação do projeto das distribuidoras da Eletrobrás e o que cria o cadastro positivo.

Em ambos os casos, falta analisar destaques (possíveis alterações nas propostas) para, em seguida, enviar os projetos ao Senado. A aprovação da proposta que trata das distribuidoras da Eletrobrás é considerada fundamental para o sucesso do leilão, marcado para o dia 26. Essas empresas, no Norte e no Nordeste do país, são deficitárias e endividadas. Com o texto principal da proposta aprovado na semana passada, os deputados começaram a votar ontem os destaques.

A votação da privatização de toda a Eletrobrás não deve ocorrer este ano. No caso do cadastro positivo — visto pelo mercado como importante para baratear o crédito no país — está em estudo, nos bastidores, a ideia de colocar o projeto em votação, ainda que com possibilidade de ter o texto desidratado pelos destaques. Assim, o governo costuraria no Senado a reintegração dos trechos alterados. Essa estratégia poderia atrasar ainda mais a aprovação da lei.

Ao alterar o texto, o assunto precisaria voltar à Câmara. Também estão na lista de pautas que correm o risco de ficar para 2019 o distrato de imóveis (quando o comprador devolve um imóvel à construtora) e a criação da duplicata eletrônica, ambos no Senado. A votação sobre a Petrobras e o leilão de petróleo também está no Senado, sem data para acontecer. Segundo a líder da maioria na Casa, Simone Tebet (MDB-MS), ainda não há uma orientação do governo sobre as pautas prioritárias. Todas essas medidas constavam da relação de 15 itens elencados como prioritários pelo governo após adiar a votação da reforma da Previdência.

COMISSÃO REJEITA MULTA NO DISTRATO

-BRASÍLIA- A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado rejeitou ontem projeto de lei que estabelece multa de 50% em caso de distrato, quando o consumidor desiste da compra de um imóvel na planta, um pleito antigo de construtoras. O projeto prevê que empresas poderão atrasar em até 180 dias a entrega do imóvel sem sofrer qualquer tipo de ônus. Após esse prazo, no entanto, ela deve fazer reembolso integral. O texto agora será apreciado pelo plenário do Senado.

Colaborou Cristiane Jungblut

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Petrobras faz parceria com a francesa Total em energia limpa

Investimento em energia solar e eólica no Brasil é o foco das duas empresas

Após quatro anos de prioridade à exploração e produção de petróleo no pré-sal, a Petrobras decidiu retomar investimentos em energias renováveis. Ontem, a estatal anunciou ter assinado memorando de entendimentos com a empresa francesa Total, com o objetivo de desenvolver projetos em conjunto nos setores de energia solar e eólica no Brasil. O diretor de Estratégia, Organização e Sistemas de Gestão da Petrobras, Nelson Silva, reconheceu que, nos últimos anos, a companhia concentrou suas atividades no setor de óleo e gás para melhorar a situação financeira da estatal.

A empresa sofreu forte impacto financeiro com as revelações das investigações da Operação Lava-Jato e pela queda dos preços internacionais do petróleo. Mas, no Plano de Negócios de 2018 a 2022, já estava previsto que a Petrobras voltaria a investir em fontes renováveis, de energia limpa, tendo em vista a tendência mundial para uma economia de baixo carbono, aliado ao grande potencial dessas fontes existente no Brasil: — Não demos um passo atrás em termos de projetos de fontes renováveis, mas precisávamos fazer frente à situação financeira mais delicada.

No plano de negócios, já começamos a olhar as perspectivas de longo prazo. Silva disse que a ideia é identificar oportunidades, preferencialmente em áreas terrestres que a Petrobras tem no Nordeste. Atualmente, a estatal tem participações em quatro projetos de energia eólica no Nordeste num total de 104 megawatts (MW) de capacidade. A empresa tem ainda uma unidade de pesquisa e desenvolvimento de energia solar fotovoltaica de 1,1 MW no Rio Grande do Norte.

Especialistas consideraram positiva a decisão da Petrobras. — É uma tendência mundial das grandes petroleiras se voltarem para energias renováveis. É positivo a Petrobras começar projetos de longo prazo — disse o advogado Carlos Maurício Ribeiro, especialista de óleo e gás do Vieira, Rezende Advogados.

DE OLHO EM LEILÕES DE ENERGIA

Já o advogado Alexandre Calmon, do escritório Tauil, Chequer, elogia a iniciativa, mas alerta que os projetos têm de ser vistos como negócio rentável. Silva, da Petrobras, afirma que energia solar e eólica representam apenas 8% da matriz energética brasileira, mas que deverão atingir 20% em 2026. O diretor não descartou a possibilidade de as duas empresas participarem de leilões de energia de fontes renováveis. Para Rodrigo Leite, da Leite Roston Advogados, transformar-se em uma empresa de energia é um caminho natural para petroleiras. Segundo o diretor da Petrobras, os investimentos só serão definidos quando os projetos forem identificados.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: Bruno Góes, Cristiane Jungblut, Dimitrius Dantas, Luís Lima E Marco Grillo

Título: No último minuto

Quadro de alianças indefinido faz partidos deixarem convenções para o fim do prazo legal

-BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- Diante do cenário embaralhado para a composição de alianças, a maioria dos partidos com candidato próprio ou que desejam participar de um novo governo deixou as convenções para os últimos dias do prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral. Para apresentar os candidatos à Presidência da República ou anunciar o apoio a outras legendas, os políticos podem realizar suas reuniões entre 20 de julho e 5 de agosto.

Mas, por enquanto, os três maiores partidos do país — PT, PSDB e MDB — além da Rede, de Marina Silva, e do Podemos, de Álvaro Dias, marcaram seus encontros para 4 de agosto, na véspera do fim do prazo. O PSB, que se divide entre o apoio ao PT e a Ciro Gomes (PDT), foi ainda mais longe e escolheu a data-limite: 5 de agosto. Em 2014, o cenário era completamente diferente, não apenas pela conjuntura política. O calendário também era outro. À época, o prazo estipulado pela Justiça Eleitoral foi de 10 a 30 de junho.

O tucano Aécio Neves foi lançado em 14 de junho. Dilma Rousseff, em 21 de junho. Eduardo Campos (PSB), em 28 de junho — depois de sua morte, a candidatura foi assumida por Marina Silva. No PSDB, o comando do partido deve se reunir hoje com Geraldo Alckmin para sacramentar a escolha da data e do local da convenção. O pré-candidato discutiu com o coordenador de sua campanha, Marconi Perillo (GO), e informou a aliados que o ato deve ocorrer dia 4 de agosto.

Isso daria tempo para o partido seguir negociando alianças e permitiria que Fernando Henrique Cardoso voltasse de uma viagem ao exterior. O foco dos tucanos neste momento está no chamado centrão (DEM, PP, PRB e Solidariedade), que se reúne hoje para tentar decidir se apoia Alckmin ou Ciro Gomes (PDT). Aliados do pré-candidato do PSDB ao governo de São Paulo, João Doria, no entanto, pressionam o comando nacional do partido a realizar as convenções estadual e nacional conjuntamente no dia 28 de julho, na capital paulista.

Em outras eleições, o PSDB realizou o encontro em Brasília, com o objetivo justamente de nacionalizar a candidatura, mas Alckmin sofre hoje para conseguir ultrapassar Jair Bolsonaro (PSL) no estado que governou quatro vezes. O PT marcou para o mesmo dia 4 de agosto, em São Paulo, o chamado “Encontro Nacional Eleitoral do PT”, que equivale à convenção, e pretende lançar o ex-presidente Lula. O partido quer marcar posição e efetuar o registro do petista no dia 15 de agosto.

De acordo com a Lei da Ficha Limpa, ele não pode ser candidato por ter sido condenado em segunda instância. Sem nenhuma aliança confirmada para a campanha, a pré-candidata Marina Silva também apostou no dia 4 de agosto para realizar a convenção da Rede Sustentabilidade. A análise interna do partido é de que o cenário ainda está muito indefinido e acelerar a escolha de um vice-presidente ou definir os candidatos para o Legislativo poderia impedir as conversas com outras siglas. A previsão de assessores da ambientalista é a de que as negociações com partidos próximos, como o PPS e o PV, alvos preferenciais da Rede, devem se estender até o início de agosto.

A Rede disputa o apoio dos dois partidos com o PSDB. Na segunda-feira, caciques do MDB definiram para o dia 4 a convenção que irá definir se o ex-ministro Henrique Meirelles será ou não candidato da legenda. A data foi estipulada em encontro do presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)** e o coordenador político da campanha de Meirelles, João Henrique de Sousa.

MOVIMENTO CONTRÁRIO DE CIRO E BOLSONARO

Ao contrário da maioria dos partidos, o PDT adiantou o máximo possível a sua convenção. Será no dia 20 de julho, primeiro dia do prazo eleitoral, quando lançará a candidatura de Ciro Gomes. O presidente Carlos Lupi diz que a convenção foi marcada no início do prazo para mostrar que a candidatura está consolidada. Segundo ele, há a expectativa de que o PSB anuncie ainda antes o apoio ao pedetista. — Queremos mostrar que a candidatura é irreversível. Queremos até lá ter algum anúncio de apoio.

Hoje, a nossa aproximação é muito forte, temos um grupo muito forte junto ao PSB. Nós podemos, antes da nossa convenção, ter o apoio deles. Mas, se não acontecer, tudo bem. Podemos formalizar até o dia 5 de agosto — pontuou. Um dos fatos políticos que podem empurrar o PSB para aliança com Ciro é a candidatura de Marília Arraes, do PT, ao governo de Pernambuco. O PSB busca a reeleição de Paulo Câmara ao governo do estado e não aceita qualquer aliança com os petistas caso Marília seja candidata. Dois dias após a convenção de Ciro, será a vez de o PSL realizar a reunião que irá lançar a candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência.

O evento vai acontecer no dia 22 em um centro de convenções no Rio. Bolsonaro trabalha para ter o apoio do PR e o senador Magno Malta (PR-ES) como vice, mas a definição do aliado só deverá ser tomada na primeira semana de agosto. A ala que defende a aliança com Bolsonaro é capitaneada pelo ex-deputado Valdemar Costa Neto, que foi condenado no mensalão. Ele está formalmente afastado do comando do PR, mas ainda comanda a legenda nos bastidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Vinícius Torres Freire

Título: Embraer e Braskem na xepa do Brasil

Várias ruínas nacionais estão entre os motivos da venda do controle das empresas para o exterior

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A Braskem e a Embraer devem ser vendidas até o ano que vem. Das maiores e melhores empresas brasileiras devem ser vendidas a estrangeiros, lamenta-se, não raro com argumentos errados.

Para começar, ninguém é "dono" da Embraer. Três empresas de investimentos têm quase 30% de suas ações — são firmas americanas e britânicas que gerem

o dinheiro de investidores institucionais (como fundos de pensão) e de muito ricos.

O BNDES tem uns 5%, e o resto é pulverizado entre duas centenas de investidores institucionais.

Sim, a Boeing deve comprar a parte mais importante da Embraer, a que produz jatos comerciais. Terá o controle total sobre a empresa, será "dona" de fato.

A venda da Embraer causa mais sensação do que a da Braskem, que tem o dobro do tamanho. A petroquímica é 38% dos Odebrecht, 36% da Petrobras, e o resto, de grandes gestores de dinheiro.

Afinal, o que faz a Braskem? Usa derivados de petróleo, gás e etanol para fabricar matéria-prima de produtos de plástico, parte essencial da indústria.

No fundo, as empresas estão sendo vendidas porque o Brasil não cresce e porque está barato, na xepa. Porque o custo de capital aqui é alto e desordens microeconômicas várias prejudicam a empresa nacional

Sim, há motivos imediatos da venda da boa Braskem. A Odebrecht está endividada e na lama, pois foi flagrada corrompendo o país. A Petrobras está endividada, pois foi quase destruída sob Dilma Rousseff; porque quer se concentrar em petróleo.

A petroquímica ganhou volume com o tripé desenvolvimentista da ditadura, nos anos 1970: coordenação e capital estatais associados a empresas estrangeiras e nacionais. Mas era uma bagunça societária, de empresas sem escala ou produção integrada, desordem que continuou com a privatização algo sei vagem de 1992-1996 e que impedia o setor de ir para a frente.

No fim dos anos Fernando Henrique Cardoso, o Estado (bidu) tentava reorganizar o setor (com BNDES, fundos de pensão e Petrobras). Com uma estratégia correta e esperta, a Odebrecht tomou a dianteira da reestruturação e teve depois uma mãozona do governo Lula, amigo da formação de conglomerados (carne, telefonia, celulose, petroquímica, energia), vários deles de empresas privatizadas de Collor a FHC. A Braskem tornou-se em si um negócio grande e viável, rifado pelo gangsterismo público-privado.

A empresa deve ser vendida à Jyondell Basell, com sede na Holanda, um aglomerado de empresas americanas e europeias. A petroquímica não tem "dono". Seu maior acionista (18%) é a Access, do homem mais rico do Reino Unido, sir Len Blavatnik. Grandes gestores de dinheiro, como aqueles "donos" da Embraer, ficam com uns 22%: Fidelity, Vanguard, Capital Research,

BlackRock, grandes administradores do dinheiro grosso meio sem rosto, do capital pulverizado em várias aplicações.

Há quem reclame intervenção estatal (bidu) contra as vendas, mas o governo não tem recursos nem competência para cuidar disso. Se tivesse como agir de modo regulatório, digamos, teria de dizer de onde vai sair capital privado a bom custo para tocar essas empresas.

Uma pergunta que os indignados não fazem: por que falta capital barato e ambiente respirável para que se criem novas firmas? Muita futura grande empresa nacional deve ter sido sufocada no berço por juros altos e pelo entulho regulatório demente.

Embraer e Braskem ainda rendem assunto para outro dia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Tributação vira alvo de setor de combustíveis

Rio de Janeiro- O sistema tributário dos combustíveis é um dos alvos de empresas do setor e da própria Petrobras na consulta pública da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) sobre a periodicidade dos reajustes da gasolina.

O prazo de entrega das contribuições se encerrou na segunda-feira (2), mas as sugestões ainda não foram divulgadas pela ANP. A Folha apurou que Petrobras, distribuidoras de gás de cozinha e sindicatos de petroleiros citam os impostos em suas sugestões.

A ANP recebeu 179 contribuições de 115 entidades. A Petrobras evitou fazer sugestões sobre prazos, optando por uma análise estrutural do setor na qual aponta a revisão do modelo tributário como solução de longo prazo.

O tema já vem sendo discutido com os estados, mas enfrenta resistência por reduzir autonomia na gestão da arrecadação.

Na avaliação do setor, o modelo atual, com a cobrança de um percentual sobre preços de referência, abre espaço para sonegação e alavanca os aumentos nas refinarias.

Os sindicatos, representados pela FUP (Federação Única dos Petroleiros), defende a instituição de carga tributária flexível, que pudesse absorver períodos de aumentos das cotações internacionais ou dos custos de produção.

O Sindigás, que representa as empresas de gás de cozinha, sugeriu uma campanha de comunicação para explicar as implicações da tributação sobre os preços finais.

A entidade é contrária a interferência nos reajustes e diz que, caso seja adotada, deve ser temporária.

As distribuidoras de combustíveis se posicionaram contra a adoção de prazos mínimos. "É assim que funciona o mercado em todo o mundo e é assim que deve funcionar no Brasil", diz Leonardo Gadotti, presidente da Plural, entidade que reúne o setor de distribuição de combustíveis.

Também contrários à intervenção, os importadores de combustíveis admitem a adoção de um prazo mínimo mensal ou de um gatilho que permita ajustes quando os preços variarem 3% para cima ou para baixo.

Para a FUP os reajustes poderiam ser feitos com periodicidade semanal ou quinzenal e devem considerar, além das cotações internacionais, a taxa de uso das refinarias e a participação das importações no mercado interno.

Apolítica de reajustes diários foi iniciada pela Petrobras em julho de 2017, com o objetivo de facilitar a competição com produtos importados.

Gasolina bate maior valor pós-paralisação dos caminhoneiros

Com o petróleo chegando novamente perto dos US\$ 80 (R\$ 306) por barril, a Petrobras anunciou nesta terça (10) o oitavo reajuste seguido no preço da gasolina, que será vendida em suas refinarias nesta quarta (n) por R\$ 2,039 por litro.

É o maior valor desde o dia 23 de maio, ainda no auge da crise gerada pela paralisação dos caminhoneiros, quando o preço da gasolina nas refinarias chegou a R\$ 2,0867 por litro.

Desde 22 de junho, quando se iniciou a seqüência atual de aumentos, o preço da gasolina nas refinarias acumula alta de 9,31%.

O valor cobrado pela Petrobras representa cerca de 30% do do preço final.

O restante é composto por impostos, margens de lucro de distribuição e revenda e o percentual de etanol anidro.

O preço do diesel nas refinarias segue em R\$ 2,0316 por litro desde o início de junho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Marina Dias

Título: Ministro faz pressão por cargos e abre guerra no Palácio do Planalto

Novo titular da Secretaria-Geral da Presidência, pastor Ronaldo Fonseca articula nomeações

Brasília- No dia 20 de junho, a advogada Eveline Martins Brito foi exonerada do cargo de ouvidora da Presidência da República para dar lugar à teóloga Ivana Araújo Carvalho Gomes, ex-assessora parlamentar e sócia da JB Radiadores, empresa que presta serviços como regulação de motor e troca de óleo.

A nomeação foi ato unilateral do novo ministro da Secretaria-Geral, o deputado licenciado e pastor da Assembleia de Deus Ronaldo Fonseca, que tem demonstrado apetite para nomear funcionários de seu antigo gabinete na Câmara — muitos ligados à igreja — para postos estratégicos no Planalto.

Desde que tomou posse como ministro, em maio, Fonseca pressiona para emplacar pelo menos seis nomes na cúpula da Secretaria de Programa de Parcerias de Investimentos, a PPI, dois na Secom (Secretaria de Comunicação Social) e cinco na SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), além da Secretaria de Controle Interno.

Os pedidos de Fonseca causaram mal-estar no comando dos órgãos, todos vinculados à Secretaria-Geral, que tentam resistir às demandas sob argumento de que os indicados pelo ministro não têm as qualificações necessárias para ocupar áreas técnicas.

No caso de Ivana, por exemplo, o currículo elenca, além da graduação em teologia, seu trabalho como assessora parlamentar de Fonseca na Câmara e cursos de computação, etiqueta pessoal e consultoria de imagem.

Inquirida sobre sua experiência como ouvidora, Ivana disse à Folha que no curso preparatório para concursos públicos em que trabalhou por nove anos havia "uma ouvidoria para ouvir as manifestações dos alunos".

O secretário especial da PPI, Adalberto Santos Vasconcelos, colocou seu cargo à disposição ao saber que teria que entregar 6 dos 33 postos disponíveis aos apadrinhados do novo ministro.

Alegou que a pasta, com expectativa de gerar cerca de R\$ 22 bilhões em receita com concessões este ano, seria desmantelada com as trocas — Fonseca pediu para indicar os cargos mais importantes da PPI, como o de secretário-adjunto, além de outros secretários e diretores.

A exemplo do chefe, os demais servidores da PPI também ameaçaram se demitir caso o novo ministro emplasasse seus apadrinhados. A reação deu certo e, por ora, nenhuma nomeação foi feita.

Já na Secom, Fonseca conseguiu indicar titulares de dois cargos e, na SAE, faturou dois dos cinco que havia pedido inicialmente.

As duas secretarias atendem diretamente ao presidente Temer e tentaram evitar as nomeações, justificando que os cargos estavam preenchidos por pessoas com requisitos não contemplados pelos novos ocupantes.

A expectativa do ministro, que disse aos secretários ter "compromissos sociais a cumprir" com as nomeações, era emplacar aliados em cargos de direção, com salários entre R\$ 13 mil e R\$ 16 mil.

Até agora, porém, foram cedidos postos de coordenação, chefia e assessoria, com vencimentos de R\$ 9,9 mil.

De acordo com assessores, Temer ouviu reclamações e pediu que Fonseca fosse repreendido, assim como seu secretário-executivo, Pablo Tatim, pastor da Assembleia de Deus que tem intermediado os desejos do ministro.

Desde então, Fonseca tem tido problemas para remanejar servidores, e o andamento de projetos que dependem de seu aval administrativo tem sido dificultado. A retaliação tem causado lentidão no funcionamento da estrutura presidencial, de acordo com integrantes do Planalto.

Fonseca chegou para substituir **Moreira Franco, deslocado para Minas e Energia** em maio. Sua posse foi articulada para aproximar o governo da bancada evangélica.

Nomeações ocorreram dentro da lei, diz Fonseca

OUTRO LADO

Fonseca afirmou em nota que, desde que tomou posse, "realizou nomeações estritamente dentro da lei e no uso regular das suas prerrogativas institucionais". "Apenas 8 cargos de chefia e 15 de assessoria", completou.

Auxiliares de Temer afirmam que mais pedidos ainda estão sendo processados e que o ministro precisou recuar de algumas indicações diante das reações negativas.

Sobre anova ouvidora Ivana Gomes, afirmou que ela tem "longa experiência na área", pelo seu trabalho na Câmara e "em uma instituição de ensino de grande porte".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth/ BRASÍLIA

Título: Deputados repassam para conta de luz gastos com furto de energia e isenção

No bolso. Parlamentares aprovaram projeto que transfere para os consumidores de todo o País os custos que as distribuidoras da Eletrobrás na região Norte tiveram com os chamados "gatos"; texto também isenta famílias de baixa renda de pagarem conta de luz

O projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobrás, aprovado com uma série de emendas, pode elevar a conta de luz de todos os brasileiros em até 5% em 2019. Uma das emendas colocadas no texto eleva a conta paga por todos os consumidores do País dos custos das subsidiárias do Norte com furtos de energia, conhecidos como "gatos". Outra, aprovada na noite de ontem pelos deputados, isenta o pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda, o que eleva a conta para os outros consumidores.

O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer. O aumento do repasse do custo dos gatos e as outras emendas aprovadas ainda na semana passada podem aumentar a conta em 4% em 2019, segundo a Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace). Já a isenção da conta de luz para clientes que tiverem consumo de até 70 quilowatts-hora (kWh) por mês tem impacto de R\$ 1 bilhão por ano, o que representa outro 1% de alta na conta de luz, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Aneel calcula para cada empresa um índice de furto de energia considerado aceitável, cujos custos são pagos por clientes das próprias empresas. Caso esse índice seja ultrapassado, cabe à própria empresa arcar com essa conta. O projeto, no entanto, propõe liberar a Eletroacre (Acre) e a Ceron (Rondônia) de cumprir essa regra e coloca o ressarcimento dos custos que elas tiveram com os "gatos" desde 2009 na conta de todos os consumidores brasileiros. Como o edital de licitação não previa esse benefício, as distribuidoras, que serão leiloadas em 26 de julho, ficarão mais "baratas".

Nas contas da Abrace, isso vai gerar crédito de R\$ 600 milhões às empresas. No caso da Amazonas Energia, campeã de gatos em todo o País, o índice de furtos, que já foi revisto para ajudar a empresa, pode novamente ser ajustado para baixo. Isso será bancado pelos consumidores de todo o País e, mesmo que o novo dono reduza esse nível de roubos, poderá ficar com todo o lucro obtido até a primeira revisão de tarifas da empresa, que ocorrerá cinco anos após o leilão. O presidente da Abrace, Edvaldo Alves de Santana, ex-diretor da Aneel, critica as emendas.

"Vale a pena assumir esses custos para privatizar essas empresas? Vale, mas não a qualquer custo." A aprovação do projeto de lei que facilita a venda das distribuidoras da Eletrobrás quebrou um acordo firmado entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Eles deixaram caducar uma Medida Provisória que tratava desse assunto justamente porque foi incluída uma série de jabutis – emendas que desfiguraram o sentido do texto enviado pelo Executivo – que resultariam em aumento da conta de luz.

O governo enviou um projeto ao Congresso, sem essas emendas, mas os parlamentares voltaram a incluir os jabutis. Uma outra emenda autoriza um reajuste no preço do gás fornecido pela Petrobrás às termoeletricas contratadas na época do racionamento de energia, em 2002. O projeto propõe que o reajuste seja bancado por todos os consumidores do País. A conta é estimada em R\$ 2,1 bilhões por ano, segundo a Aneel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Maia enterra PL de venda da Eletrobrás

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que não vai mais pautar o projeto de lei de privatização da Eletrobrás neste ano. Esse projeto diz respeito à holding, que é dona de usinas, linhas de transmissão

e distribuidoras, além de deter participações em Sociedades de Propósito Específico. "Não votaremos o projeto de lei da Eletrobrás neste ano", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Construção de ferrovia pela Vale provoca disputa

Governadores do PA e ES reivindicam investimento que será feito pela empresa em Mato Grosso em troca da renovação de concessões

O plano do governo de repassar para a mineradora Vale a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) foi mal recebido pelos governos do Pará e do Espírito Santo – onde estão localizadas as ferrovias Vitória-Minas e Carajás, administradas pela mineradora, que pode ganhar a renovação automática das concessões se concluir o trecho da Fico entre Goiás e Mato Grosso.

Ontem, os governadores Paulo Hartung (ES) e Simão Jatene (PA) assinaram uma carta pedindo ao presidente Michel Temer a suspensão da prorrogação antecipada das concessões com base no investimento na Fico. Eles questionam que não houve na decisão do governo federal diálogo com os dois Estados onde estão as ferrovias que serão renovadas automaticamente. Eles consideram ilegal transferir os investimentos – calculados em R\$ 4 bilhões – para o Centro-Oeste.

Na semana passada, o governo chamou a imprensa para anunciar que a Vale foi escolhida para construir um trecho de 383 km da ferrovia entre os municípios de Campinorte (GO) e Água Boa, em Mato Grosso. A nova malha teria a missão de apoiar o escoamento de grãos do Estado, ligando-se ao traçado da Ferrovia Norte-Sul.

Em troca da obra, a Vale receberia a renovação automática das concessões da Ferrovia Vitória-Minas, entre Vitória e Belo Horizonte, e da Estrada de Ferro Carajás, que passa pelos Estados do Maranhão e do Pará, ligando o Porto do Itaquí, em São Luís (MA) e Marabá e Parauapebas (PA).

Senadores do Pará já tinham procurado Temer, na semana passada, para cobrar que a contrapartida para a Vale renovar a concessão de Carajás fosse o traçado final da Norte-Sul. A linha de 477 km de extensão, prevista para ligar Açailândia (MA), onde a Norte-Sul acaba atualmente, até o Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), é um projeto tão ou mais antigo que a Fico.

"Não temos nada contra a ferrovia do Centro-Oeste, mas não podemos ficar de fora. Não é uma comissão de burocratas do PPI que anuncia essa condição com a Vale e está decidido. Manda quem pode e obedece quem tem juízo. Tem que fazer o último trecho da Norte-Sul nas mesmas condições. E eu trato desse assunto com o cardeal do governo, e não com os coroinhas do Palácio", disse o senador Jader Barbalho (MDB-PA). O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) promete retaliação.

"Vamos usar de todos os instrumentos regimentais para obstruir as votações de interesse do governo. O presidente Michel Temer tem que respeitar o Estado do Pará." De um lado, Mato Grosso demonstra que precisa de uma nova ferrovia para apoiar a logística estrangulada do agronegócio.

Do outro, o Pará alega que a construção do trecho até Barcarena abrirá uma segunda opção portuária à Norte-Sul, que hoje depende unicamente da Estrada de Ferro Carajás (controlada pela Vale) para chegar até o Porto de Itaqui, no Maranhão. "Esses conflitos são normais, mas, como minha avó já dizia, 'farinha pouca, meu pirão primeiro'", diz o senador José Medeiros (Pode-MT).

"O Pará já tem a sua ferrovia e o Espírito Santo também. Mato Grosso, que vive de commodity, não tem nenhuma ferrovia, apenas um pequeno trecho em Rondonópolis." Em vídeo enviado na semana passada a amigos e apoiadores, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que o governo tomou uma decisão "inteligente".

"Comemoramos a decisão do governo e vamos trabalhar para dar o apoio político necessário para que não mude de rumo." O secretário de coordenação de projetos do PPI, Tarcísio Freitas, argumenta que a decisão sobre a Vale foi técnica. "Onde estão os grãos? Onde está a demanda de transporte? A decisão é meio óbvia. Você confronta investimento e carga, retorno sobre investimento, retorno econômico e social, e vê as ferrovias que fazem mais sentido."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo Renée Pereira

Título: Chineses vão investir R\$ 400 milhões na construção de termoeletricas na BA

Energia. Operação inclui a compra do controle das usinas, que estão em estágio pré-operacional, e o aporte para as obras do projeto; empreendimento, que tinha como sócios a Petrobrás e o fundo de investimento MDC, marca estreia do grupo CCETC no País

O grupo chinês Jiangsu Communication Clean Energy Technology (CCETC) deve anunciar nas próximas semanas seu primeiro investimento no Brasil, apurou o "Estado" com fontes a par do assunto. A empresa vai fazer um aporte de cerca de R\$ 400 milhões para construir duas termoeletricas na Bahia: Camaçari Muricy II e Pecém Energia, de 143 megawatts (MW) cada.

O valor inclui a compra do controle das duas SPEs (Sociedades de Propósito Específico) e recursos para levantar as usinas movidas a óleo diesel. O grupo chinês terá cerca de 50% de participação nas empresas, que tinham como sócios a Petrobrás e um fundo de investimento chamado MDC, gerido pela Pacifico Administração de Recursos. O negócio envolve a participação do fundo, mas os chineses podem comprar 100% das térmicas futuramente.

Isso porque a Petrobrás, por meio da BR Distribuidora, anunciou na semana passada a intenção de vender as térmicas dentro de seu programa de desinvestimento. A estatal tem 45% de participação na Pecém Energia e 50% na Energética Camaçari Muricy II – ambas em estágio pré-operacional. As duas usinas deverão começar a operar em outubro de 2020. Procurada, a Petrobrás afirmou que não pode comentar o assunto.

A Greenhill, que assessora o MDC, e o banco Haitong, que está com os chineses, não se pronunciaram. A CCETC também foi procurada, mas não respondeu até o fechamento da reportagem. A Pacifico não se manifestou. Embora ainda não tenha oficializado o negócio, os chineses já se encontraram com o governador da Bahia, Rui Costa (PT), para falar dos investimentos nas duas termoeletricas.

A empresa asiática se comprometeu com o governo baiano a contratar 70% da mão de obra local. As duas térmicas serão construídas no município de Dias D'Ávila, na região metropolitana de Salvador. Evolução. As usinas têm histórico longo. Foram contratadas num leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2006, mas a homologação da outorga só ocorreu em 2014.

Nesse período, houve muitas idas e vindas, com disputas judiciais em relação ao resultado do leilão, algumas solicitações de mudanças nas características técnicas do projeto e pedido de reajuste de 37% na receita fixa das duas térmicas para recomposição do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de venda de energia.

A justificativa das empresas é que uma série de fatores impossibilitou que as obras fosse feitas no cronograma original e que a crise alterou as condições de financiamento. O pleito, no entanto, não foi aprovado pela Aneel. Em contrapartida, o cronograma de construção da usina foi aprovado pela agência reguladora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO****Título: Petrobrás vai investir em energia limpa**

Estatel fechou parceria | Troca com a francesa Total para desenvolver projetos nas áreas de energia solar e eólica

Com um pouco de atraso em relação a outras petroleiras, a Petrobrás anunciou ontem que vai aumentar seus investimentos em energia limpa, com foco na geração de energia solar e eólica. Para tocar novos projetos, a empresa escolheu a francesa Total, que ano passado adquiriu a Eren Renewable Energy e este ano a Direct Energy, ambas dedicadas à energia limpa.

A ideia é utilizar áreas terrestres da Petrobrás no Nordeste e a tecnologia da Total. Segundo o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, Nelson Silva, a estatal ainda não tem orçamento específico para o novo negócio, que dependerá dos projetos que forem desenvolvidos pela joint venture a ser criada pelas duas companhias. Os estados no Rio Grande do Norte e Ceará são candidatos a receber empreendimentos eólicos, devido à força do vento dessas regiões.

"Uma das particularidades da eólica é ter área física para instalar equipamentos. A tecnologia a Total já tem, está passos à frente da Petrobrás, e nós temos áreas no Brasil, vamos casar essas áreas com a tecnologia", disse em teleconferência. A parceria, ainda limitada a um memorando de entendimento para avaliar novos negócios, abre as portas da estatal brasileira para um caminho que está sendo traçado há alguns anos pela indústria do petróleo, que vê aos poucos a era do combustível fóssil (petróleo, gás natural) dar lugar a uma economia de baixo carbono (energia renovável).

No ano passado, o Banco Mundial anunciou que deixará de financiar projetos de petróleo e gás para focar em energia renovável, o que também ajudou a despertar o interesse das grandes petroleiras como ExxonMobil, BP, Eni, Repsol, Shell, Statoil, Wintershall e Total. O objetivo é ajudar a cumprir o Acordo de Paris, que traçou metas para reduzir a emissão de gás carbônico na atmosfera.

Para a pesquisadora da FGV Energia Fernanda Delgado, foi uma decisão acertada da Petrobrás e vai garantir um mercado diversificado para a companhia. "A energia renovável não concorre com o petróleo e pode ser vendida em lugares nos quais o petróleo não chega. Pensando em futuro de País, é bem positivo, é sempre bom investir em energia limpa", avaliou. De acordo com a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, na sigla em

inglês), os investimentos em energia limpa saíram de US\$ 47 bilhões em 2004 para o pico de US\$ 312 bilhões em 2015 e US\$ 241,6 bilhões em 2016.

No mesmo ano, a indústria do petróleo registrou queda de 12% nos investimentos em relação ao ano anterior, para US\$ 708 bilhões. Para acompanhar essa onda, o próximo Plano de Negócios da Petrobrás (2019-2023) terá mais ênfase nos investimentos de energia limpa do que o atual (2018-2022), e muito mais do que no auge da crise da petroleira, nos dois anos anteriores, que segurou os investimentos na área, inclusive com o abandono da produção e biocombustíveis.

Portfólio. No segmento de energia renovável, a estatal possui hoje apenas quatro parques eólicos, que somam 104 megawatts de capacidade instalada, frente aos 13 mil megawatts de capacidade eólica instalada em todo País. A energia solar ainda está na fase de pesquisa e desenvolvimento dentro da Petrobrás, com uma planta de 1,1 megawatt no Rio Grande do Norte, contra 1,1 mil megawatts instalados no Brasil.

O forte da empresa na área de geração de energia elétrica sempre foram as termelétricas a óleo ou gás natural, onde atua desde os anos 2000, por conta do racionamento de energia ocorrido no início da década. A capacidade total de geração elétrica das usinas termelétricas da Petrobrás é superior a seis mil megawatts.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina mais cara no DF

Quem depende do carro para os deslocamentos diários deve ficar atento. A Petrobras anunciou, na tarde de ontem, novo aumento no preço da gasolina. O valor passará, hoje, dos atuais R\$ 2,0249 para R\$ 2,0369 nas refinarias, alta de 0,59%. Com a nova correção, o reajuste acumulado em julho, até agora, atingiu 4,5%. Segundo levantamento realizado pelo Correio, em 30 postos do Distrito Federal, a média de preço do combustível gira em torno de R\$ 4,63. No entanto, no estabelecimento mais caro pesquisado, é possível encontrar o litro da gasolina a R\$ 4,79. Em contrapartida, o valor mais barato para se abastecer é de R\$ 4,30, diferença de, aproximadamente, 10,2%.

A variação nos preços confunde e revolta os consumidores. “Acho que interfere nas contas de todo mundo. É difícil. O salário das pessoas não acompanha esses aumentos previstos pela Petrobras”, criticou a administradora Nídia Serafini, 52

anos. Segundo ela, novos hábitos tiveram de ser adquiridos pelos familiares, com o intuito de reduzir o consumo do combustível e equilibrar o orçamento.

“Quando vou para meu trabalho, fico lá direto. Levo almoço, resolvo minhas coisas por lá mesmo. Em casa, fazemos rodízio. Antes, eram dois carros. Agora, apenas um. Estamos tendo de administrar o tempo, já que são cinco pessoas que usam apenas um carro”, explicou.

A alta do preço também se reflete nos gastos dos mais jovens. Para Larissa Born, 20, estudante de física da Universidade de Brasília (UnB), o valor adicional pesa nas despesas. “Eu recebo bolsa e esse auxílio não acompanha as variações de preço no combustível. Então, alguma coisa precisa deixar de ser feita para tentar equilibrar os custos finais e sobrar dinheiro para gasolina. A mesma coisa serve para meus familiares. Todos tiveram de se adaptar lá em casa”, afirmou.

Reflexos

Quem empreende no país também sofre, indiretamente, com os progressivos aumentos do valor do litro da gasolina. De acordo com a microempreendedora Regina Márcia, 42, os reajustes constantes nos combustíveis fizeram com que ela trocasse a gasolina pelo etanol, sempre que possível. E, muitas vezes, a faz repensar os deslocamentos. “Onde você precisava ir, você já não vai mais, adia. As pessoas só pensam, no quanto gastarão de gasolina para chegar ao destino. Sempre tento procurar os postos mais baratos. Eu colocava gasolina, agora, com tudo isso, tento abastecer com álcool. Às vezes, compensa mais”, revela.

Para Regina, o peso do aumento vai além dos gastos próprios. Como empresária, ela é obrigada a desembolsar um valor adicional para que os empregados cheguem ao trabalho. “Como o valor aumentou para todos, tenho de repassar para os meus funcionários, que dependem do preço final do combustível para o transporte deles”, conta.

Como a nova política de preços da Petrobras varia, constantemente, dependendo do câmbio e do preço internacional do barril do petróleo, o aumento não é novidade. Nesta segunda, o valor do barril fechou em alta, correspondendo à medida adotada pela petroleira.

A elevação atingiu a gasolina, mas o preço do diesel se manteve inalterado. Desde junho, para atender as reivindicações da greve dos caminhoneiros, o governo federal auxilia, por meio de subsídios, a manutenção do preço do combustível nas refinarias. Hoje, o valor congelado é de R\$ 2,0316.

** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Jaqueline Mendes****Título: Empresas reduzem conta de luz com geração própria**

São Paulo — A tranquila cidade de Xangri-Lá, no litoral gaúcho, com seus 14.650 habitantes, ganhou uma atração que vai além das praias, dos resorts ou dos passeios no calçadão à beira-mar. É lá que funciona o maior parque eólico privado do Brasil, administrado pela Honda Energy, subsidiária da montadora japonesa Honda.

Desde que entrou em operação, em janeiro de 2015, seus nove cataventos gigantes — que alcançam uma altura de 150 metros e pesam cerca de 15 toneladas cada um — geraram 221 mil MWh, eletricidade equivalente à produção de 403 mil carros da montadora japonesa na fábrica de Sumaré, no interior de São Paulo.

Com a força dos ventos gaúchos, a Honda supriu também a demanda do Centro de Pesquisa & Desenvolvimento de Automóveis, do escritório administrativo da empresa na capital paulista e do centro logístico em Paulínia (SP). Além de reduzir quase pela metade seu custo de energia, a Honda transformou a operação brasileira em uma das mais sustentáveis do mundo, já que as atividades do parque evitaram a emissão de 19 mil toneladas de CO2 ao meio ambiente.

“Esse é nosso primeiro parque eólico no mundo e tem sido um aprendizado diário”, diz Carlos Eigi, presidente da Honda Energy do Brasil. “Além do indiscutível ganho econômico, estamos orgulhosos de ver os nossos automóveis serem produzidos a partir do uso de energia 100% limpa e renovável.”

O investimento da Honda faz parte de um movimento crescente na estratégia de empresas de diferentes setores, da indústria ao comércio, passando pela prestação de serviço. Entre as que optaram por alternativas energéticas estão, por exemplo, Magazine Luiza, Ambev e Vivo.

30% de economia

A operadora de telefonia Oi adotou uma ousada política de autogeração, com o objetivo de aliviar o peso da eletricidade em seus balanços. A companhia está investindo R\$ 30 milhões para criar fazendas solares, que poderão fornecer eletricidade para 8 mil unidades consumidoras, como antenas de transmissão, torres de telecomunicação ou mesmo para os escritórios da empresa em todo o

Brasil.

Inicialmente, até setembro deste ano, a Oi colocará em funcionamento duas microusinas, em Capitão Enéas e em Januába, ambas no interior de Minas Gerais. A capacidade de geração de cada uma é de 5MWh. O plano da companhia é ter, nos próximos 12 meses, 15 usinas. Em operação, elas reduzirão em 30% os custos de energia, atualmente em R\$ 750 milhões por ano. “Quando todas as fazendas solares estiverem funcionando, poderemos chegar a uma economia de até R\$ 550 milhões”, afirma o diretor de patrimônio e logística da Oi, Marco Antonio Vilela. “Vamos avaliar projetos eólicos, pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs, e até geração por biogás.”

Conta nas alturas

Pelos cálculos da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), o custo da energia para a indústria subiu 20 pontos percentuais acima da inflação em 12 meses. Em uma perspectiva mais longa, a situação é ainda mais alarmante. No acumulado de 2014 a 2017, a tarifa média acumulou alta de 31,5% no país.

Até o fim de 2018, estima-se que o encarecimento chegue a 44%. Como comparação, a inflação acumulada no período de quatro anos é de 28,86%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). “O Brasil passou a ter o segundo maior custo de energia para a indústria no mundo e o quarto no segmento residencial”, afirma o presidente da Abrace, Edvaldo Santana (leia mais na entrevista abaixo). “A saída tem sido cada um procurar formas de gerar sua própria energia”.

É nesse cenário de forte alta da energia que a construtora mineira MRV enxergou uma oportunidade. A empresa está instalando no telhado de seus prédios placas fotovoltaicas de geração de energia. Além de ajudar a cobrir a demanda de eletricidade de sua operação, a tecnologia garantirá uma economia na conta de luz de cerca de R\$ 90 por mês para cada morador.

Desde a planta

Cada projeto de geração fotovoltaica em um conjunto habitacional terá um investimento médio de R\$ 1,5 milhão, mas o plano total prevê um orçamento de R\$ 800 milhões nos próximos quatro anos, com a construção de cerca de 220 mil apartamentos quase autossuficientes. Até o fim deste ano, 60% do total de empreendimentos lançados, cerca de 75, serão equipados com placas solares. O objetivo é que todos os lançamentos da companhia tenham a tecnologia a partir de 2019. “Não é uma política temporária, mas uma mudança importante do modelo de operação”, garante Rafael Menin, copresidente da MRV.

Tanto sob a ótica ambiental quanto sob a perspectiva financeira, o Brasil tem um gigantesco potencial de autogeração para todos os portes de empresas e residências. A mais recente estimativa da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostra que, desde 2012, o setor privado investiu no mercado de geração própria de energia.

“O Brasil tem umas das melhores condições em incidência de luz para geração de energia e um custo elevado de energia, combinação que leva as empresas a buscar cada vez mais a geração solar para alimentar suas instalações”, diz Victor Kodja, presidente do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE).

Essa afirmação é endossada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde junho de 2013, o número de conexões de microgeração de energia subiu de 23 mil para 30,9 mil. Um terço desse total responde por instalações de pequenas e médias empresas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Evaldo Santana

Título: É preciso uma profunda reforma no setor elétrico

Com hidrelétricas que há pelo menos quatro anos não têm condições de atender à demanda por energia, a alternativa nos últimos anos tem sido complementar o abastecimento com as termelétricas. Essa decisão reflete no encarecimento do custo de geração, que é repassado aos consumidores. Edvaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), diz que problemas como esse têm levado indústrias para países vizinhos, como o Paraguai, e afugentado investimentos. Na opinião dele, o país precisa com urgência de uma “postura agressiva de redução dos custos de energia e de aprimoramento da eficiência energética”. Do contrário, continuará a perder competitividade.

Por que o Brasil tem hoje um das tarifas de energia mais caras do mundo?

O setor elétrico brasileiro tem um sério problema estrutural. Nossa principal matriz energética, a hidrelétrica, não atende à demanda desde 2014. Isso faz com que sejam ligadas as termelétricas, que têm alto custo de operação. O gás natural é caro demais e está nas mãos do monopólio da Petrobras.

E as alternativas de geração solar e eólica?

Ambas são opções, mas geram apenas 50% do tempo. Não há vento nem luz o dia todo. Precisaríamos ter mais hidrelétricas com grandes reservatórios, mas isso tem ficado cada vez mais difícil no Brasil.

Esse cenário tem afugentado investimentos?

Com certeza. Não só afugentado como está fechando empresas e empurrando importantes setores produtivos para países vizinhos, como o Paraguai. A fabricante de alumínio Alcoa, por exemplo, fechou uma fábrica em Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais, e outra unidade no Maranhão. Mais de 5 mil pessoas perderam o emprego.

Mas o setor elétrico não é altamente regulado?

Sim. Mas, curiosamente, a energia regulada é mais cara do que a energia livre. O custo chega a ser 25% menor. Trata-se de uma contradição que tem prejudicado demais as empresas e incentivado a busca por aquisição de energia no mercado livre.

O governo está consciente dessa situação?

O governo reconhece o problema, mas não está reunindo condições para resolver o problema. A solução dessa questão afeta interesses já consolidados e, aparentemente, o governo está evitando o embate.

O que dizem os pré-candidatos à Presidência?

Até agora, nada. Nenhum pré-candidato apresentou um discurso sobre o grave problema do setor elétrico. Nos últimos anos, o Brasil passou a ter o segundo maior custo de energia para a indústria no mundo e o quarto no segmento residencial. A saída tem sido cada um procurar formas de gerar sua própria energia.

Qual é a saída?

Não existe uma solução fácil. Ou o Brasil adota uma postura agressiva de redução dos custos de energia e de aprimoramento da eficiência energética, ou continuará perdendo investimento, perdendo empresas e condenando o crescimento da economia a patamares baixos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Cristiano Romero****Título: O custo do monopólio (de fato) da Petrobras**

A Petrobras perdeu há pouco mais de 20 anos o monopólio constitucional do petróleo, mas, como os governos não estimularam a criação de um mercado competitivo nos vários segmentos de atuação da estatal, o monopólio (de fato) foi mantido. Contribuiu para isso, claro, o projeto megalômano - e insustentável - dos governos Lula e Dilma para agigantá-la na era do pré-sal - semente do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato. Não podem ser

subestimados, também, os efeitos do poder autóctone, característico de todas as corporações do serviço público brasileiro, de defender interesses específicos, muitas vezes nada republicanos e à revelia do maior acionista da companhia - o povo brasileiro.

Fundada em 1954, fruto da maior campanha popular da história do país até então - "O petróleo é nosso" -, a Petrobras tornou-se uma referência internacional na exploração em águas profundas. O fato, porém, de ser uma estatal, com todas as limitações legais impostas a esse tipo de empresa, os incentivos à ineficiência que a estabilidade de seus empregados provoca e a baixíssima capacidade do Estado brasileiro de investir em empresas públicas pós-crise da dívida (1982) restringiram o desenvolvimento da companhia.

O fim do monopólio foi um alento porque, ato contínuo, o governo Fernando Henrique Cardoso vendeu as ações do Tesouro Nacional que excediam ao controle estatal e, em 2001, permitiu que ela fosse listada na Bolsa de Nova York, um passo importante para viabilizar o financiamento de sua expansão. Nos anos seguintes, a Petrobras voou. O problema é que, após a quebra do monopólio, não se criou um ambiente que obrigasse a empresa a buscar eficiência para competir no mercado interno.

Liberalização no início do século provocou escalada dos preços

No fim do governo Lula, já dominado por convicções ideológicas anacrônicas de Dilma Rousseff, na ocasião ministra da Casa Civil, veio o delírio - por causa da descoberta de petróleo na camada pré-sal, mudou-se o marco regulatório para que a estatal fosse a única operadora de todo o pré-sal - ou seja, todas as empresas que ganhassem o direito de explorar campos no pré-sal seriam obrigadas a contratar a estatal brasileira - e para que tivesse direito a pelo menos 30% de cada campo, independentemente do resultado dos leilões. Há tanto petróleo no pré-sal que não haveria empresa no mundo capaz de levantar recursos para financiar essa campeã nacional.

Nos anos Lula e Dilma, a Petrobras avançou sobre vários mercados. O efeito disso na vida dos brasileiros é fácil de resumir: preço alto. Há uma perversão adicional, à qual se dá pouca atenção: diante do tamanho da estatal, a tendência da União, dos Estados e dos municípios é tributar, com vontade, tudo o que a Petrobras produz; fazem isso porque é mais fácil arrecadar. No fim, a própria empresa se queixa da carga tributária, atribuindo à sanha fiscal do Estado os preços elevados de seus produtos.

No caso da indústria, o custo do monopólio (de fato) da Petrobras é a perda de competitividade. A Confederação Nacional da Indústria acaba de concluir um interessante estudo sobre o tema, intitulado "Insumos Energéticos: Custos e

Competitividade". A entidade se debruçou, na verdade, sobre todos ou a maioria dos gargalos que diminuem a competitividade da economia brasileira, especialmente, do setor de produtos manufaturados. Um deles é o elevado preço da energia.

"O alto custo e a baixa competitividade na oferta dos combustíveis no país são fatores que impactam a competitividade da indústria. As economias que melhor se posicionam quanto à disponibilidade e baixo custo desses insumos têm obtido maiores vantagens comparativas na produção", diz o documento, antecipado a esta coluna. "O custo desses insumos energéticos é decisivo, em especial, para os setores semimanufaturados energo-intensivos (SEI): papel e celulose, química, pelotização, siderurgia, cerâmica e metais não ferrosos".

Para os autores do estudo, a atual configuração da indústria de gás natural impede a concorrência na oferta e permite a prática de margens elevadas em todas as etapas da cadeia produtiva. Os preços médios do óleo combustível no Brasil, diz o texto, estão muito acima dos preços cobrados na América do Norte, Reino Unido e mesmo em países asiáticos que não produzem o insumo. "Da mesma forma, os preços do GLP para o mercado industrial brasileiro encontram-se muito acima do mercado internacional".

O governo liberalizou os preços no mercado de combustíveis no início do século, mas não estimulou a concorrência. "Atualmente, uma única empresa [a Petrobras] responde por praticamente todo o abastecimento de derivados de petróleo e de gás natural, além de deter papel importante nas atividades de distribuição e revenda desses energéticos", diz o estudo da CNI.

A pesquisa estima em R\$ 7,38 bilhões o custo adicional dos setores industriais energo-intensivos, em 2017, quando comparado ao de seus concorrentes estrangeiros, com gás natural, óleo combustível e GLP, graças aos preços cobrados aqui. Embora os setores semimanufaturados energo-intensivos - químico, siderurgia, cerâmica, vidro, papel e celulose, alumínio - tenham participação modesta no PIB do país - cerca de 4% -, os produtos dos SEI são insumos para diversos setores industriais. Logo, seus preços são relevantes para a competitividade dos demais setores da economia.

Na pauta de exportações, os SEI respondem por cerca de 15% do total. "Historicamente, a disponibilidade de energia a preços baixos foi um fator de competitividade para a indústria nacional e, em particular, para o segmento de insumos básicos. Entretanto, com a liberalização dos preços de energia, no início dos anos 2000, observou-se um rápido incremento dos preços dos combustíveis", diz o estudo.

A CNI faz uma série de sugestões para se enfrentar o problema, entre eles, a adoção de medidas legais que estimulem a desconcentração dos mercados de gás e combustíveis líquidos e a privatização dos ativos de distribuição de gás natural dos governos estaduais.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Leilão da cessão onerosa requer acordo até agosto

A Petrobras e a União precisam chegar a um acordo sobre revisão do contrato da cessão onerosa até agosto, no máximo, para que o leilão dos excedentes seja viabilizado ainda este ano. É com esse cronograma que o governo trabalha, segundo uma fonte.

O Ministério de Minas e Energia já sinalizou a intenção de realizar a licitação no dia 29/11. A data, contudo, ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), depois que a estatal e o governo avançarem com a renegociação do contrato da cessão onerosa - regime que autorizou a Petrobras a produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, dentro do processo de capitalização que levou ao aumento da União no capital da empresa em 2010.

Os excedentes que serão colocados em leilão são os volumes de óleo e gás que a Petrobras descobriu e que ultrapassam o limite que a estatal tem direito de produzir nas áreas contratadas. O contrato original previa uma rodada de revisão dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas. Como os preços do barril caíram desde então, a Petrobras sairá como credora ao fim da renegociação. A intenção do governo é pagar à estatal com parte dos excedentes e leiloar o restante para outras petroleiras. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) estima entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris o volume excedente da cessão onerosa.

Em geral, os leilões têm sido aprovados pelo CNPE com quatro a seis meses de antecedência, mas, segundo a fonte, "com alguns ajustes, é possível trabalhar com prazos mais desafiadores".

O **Valor** apurou que a estruturação do leilão ainda está sendo debatida dentro do governo. Como a maioria dos campos da cessão onerosa se conectam com os principais campos em produção no pré-sal (como Lula e Sapinhoá), a

expectativa no mercado é que o edital da rodada defina os termos da unitização dessas áreas - a individualização da produção de áreas cujos reservatórios se conectam num só.

Para que a rodada ocorra este ano, o governo tem pouco menos de dois meses para avançar com uma série de pendências: o primeiro passo é conseguir aprovar no Senado o projeto de lei 8939/17, que libera a Petrobras para vender até 70% das áreas da cessão onerosa e que traz as bases para a conclusão da renegociação do contrato.

Aprovado no Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer, o projeto abre caminho para que a União e Petrobras fechem a renegociação do contrato - etapa que definirá os volumes dos excedentes disponíveis para leilão. Em seguida, o CNPE precisa aprovar o leilão a tempo de a ANP seguir com a publicação do edital.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Gasolina sobe

A Petrobras subirá o preço da gasolina hoje para R\$ 2,039 por litro nas refinarias, o maior valor desde 23 de maio, quando a cotação internacional do petróleo chegou perto de US\$ 80 (R\$ 306) por barril. É a oitava alta desde 22 de junho, acompanhando a escalada das cotações internacionais e a variação do câmbio. Desde outubro de 2016, a Petrobras altera os preços dos combustíveis de acordo com a variação das cotações internacionais e da taxa de câmbio. A elas, acrescenta margem de lucro e o custo de importação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Empregado pode ter de ressarcir PLR à Eletrobrás

Os empregados da Eletrobrás poderão ser obrigados a devolver quase R\$ 75 milhões recebidos indevidamente, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), como participação em lucros e resultados (PLR) durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Eles foram contemplados com o benefício em dois anos - 2012 e 2013 - nos quais a estatal contabilizou prejuízos bilionários. Além do cumprimento de metas de desempenho, a obtenção de lucro era uma das premissas necessárias para o pagamento de PLR, conforme apontou a CGU em auditoria recém-concluída.

Um problema semelhante foi detectado na distribuidora de energia alagoana Ceal, administrada pela Eletrobrás, que teria distribuído R\$ 45 milhões sem respaldo legal aos trabalhadores em um período de cinco anos.

A CGU não tem poderes para aplicar medidas imediatas, mas recomenda a instauração de "procedimento administrativo interno a fim de apurar responsabilidade pelo pagamento de PLR" e a avaliação de alternativas para que haja "ressarcimento dos valores irregularmente pagos".

Com a possibilidade de cobrança dos trabalhadores pelo benefício pago incorretamente, surge mais um foco potencial de tensão nas já desgastadas relações entre os sindicatos e o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira.

Ferreira conseguiu fechar um acordo coletivo com aumento salarial de apenas 1,69% em 2018 e tem sido alvo de dura campanha dos empregados. Ele foi um dos mentores da proposta de privatização da Eletrobrás e agora conduz a venda das distribuidoras administradas pela companhia.

Na avaliação da CGU, o pagamento indevido de participação em lucros e resultados contribuiu para o agravamento da situação econômico-financeira da empresa, que depende da aprovação de projeto de lei no Congresso para receber aumento de capital dos acionistas privados.

Para os anos de 2014 a 2016, houve autorização expressa do Ministério do Planejamento para o desembolso de PLR mesmo em caso de prejuízo, mas considerando-se uma "excepcionalidade". O aval foi dado com uma condição: os valores pagos deveriam ser reembolsados integralmente nos anos seguintes, a partir de 2018, mediante desconto de 25% da PLR distribuída nos "exercícios imediatamente posteriores em que se apurar lucro".

Em 2012 e 2013, porém, não havia nenhuma autorização do gênero. De acordo com a CGU, nesses dois anos, foi distribuída aos trabalhadores uma quantia total de R\$ 74,7 milhões contrariando orientações do antigo Departamento de Governança das Empresas Estatais (hoje elevado ao status de secretaria no Planejamento) e descumprindo as próprias condições descritas no Termo de Pactuação do Plano de Metas Coletivo do Sistema Eletrobrás. Também teria sido desrespeitada a resolução 10/1995 do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais.

A holding teve prejuízo de R\$ 6,8 bilhões em 2012 e de R\$ 6,2 bilhões em 2013. Havia a possibilidade de repartição de PLR unicamente para subsidiárias da Eletrobrás que tivessem fechado os anos contábeis no azul, mas não para os funcionários da companhia como um todo, segundo o relatório. Além da distribuição de lucros aos empregados em anos fechados no vermelho a estatal pagou dividendos à União para reforçar os cofres públicos. Ambas as medidas foram aprovadas no conselho de administração e na assembleia geral de acionistas.

Procurada pelo **Valor**, a Eletrobrás informou que "atua em conformidade com as regras legais pertinentes à Participação nos Lucros ou Resultados". A empresa disse que está analisando o relatório da CGU "de modo a adotar as medidas aplicáveis tempestivamente". De acordo com sua assessoria de comunicação, uma reunião já foi agendada com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral para tratar especificamente do tema.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Nailor Gato, preferiu não fazer comentários, porque disse desconhecer o teor do relatório e afirmou apenas que mobilizará sua equipe jurídica para o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: BNDES estuda medidas sobre liminar que suspende edital da privatização

O BNDES ainda vai avaliar qual medida adotará com relação à decisão liminar da Justiça Federal no Rio de Janeiro que suspendeu a licitação para a contratação de consultoria para fazer a modelagem da privatização do controle da Eletrobrás. Gestor do processo de desestatização da companhia, o banco publicou na última segunda-feira aviso de suspensão da concorrência devido à decisão judicial.

"Vamos avaliar ainda", disse ontem o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, após participar de visita ao Museu de Arte do Rio (MAR).

A liminar concedida pelo juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suspendeu o edital do pregão lançado pelo BNDES para a contratação de empresas para fazer a avaliação da Eletrobrás e a modelagem de privatização da holding.

Segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), central sindical contrária à privatização, a liminar atende ação popular movida em maio pela presidente nacional do PCdoB, deputada Luciana Santos (PE); pela dirigente da FNU e do

Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários (STIU-DF), Fabíola Antezano; e por Lucio Pottmaier, representante da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (Intersul).

Na decisão, o magistrado afirma que, como a medida provisória (MP) 814, que incluía a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND), perdeu eficácia por decurso de prazo sem aprovação pelo Congresso, "voltou a ter vigência a redação [...] que veda, peremptoriamente, a inclusão da Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização".

"Por essa razão", acrescentou o juiz, "não é possível dar continuidade ao pregão [...] pois a permissão que a lei confere ao BNDES, enquanto gestor do Fundo Nacional de Desestatizações [...] refere-se à possibilidade de contratação de serviços, consultoria, e estudos necessários à execução das desestatizações, o que, por óbvio, só pode estar relacionado a empresas públicas que estejam incluídas no Programa Nacional de Desestatizações, não sendo esse, como se viu, o caso da Eletrobrás".

Com relação à privatização das distribuidoras, Oliveira disse estar confiante na realização do leilão das empresas, marcado para 26 de julho. O banco estatal é o responsável pela licitação, prevista para ser realizada na B3.

"O PL [10.332, que viabiliza financeiramente a venda das distribuidoras] está tramitando. Já foi aprovado o texto base na Câmara. Falta agora os destaques. Estamos confiantes de que vai avançar", completou o executivo.

A expectativa do governo é que os destaques do PL 10.332 sejam votados ainda esta semana, possibilitando o envio do texto para o Senado. A ideia é que os senadores também votem o projeto ainda esta semana, antes do recesso parlamentar, que começa no dia 17 de julho.

Como informado pelo **Valor** na semana passada, o governo entende ser possível leiloar as distribuidoras, mesmo com a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que determina que venda de empresas públicas deve ser precedida de autorização do legislativo. Para o governo, isso não vale para empresas incluídas no PND, caso das distribuidoras.

Por enquanto, apenas a Ceal, distribuidora do Alagoas, não deve ir a leilão no dia 26, se permanecer a vigência de outra liminar de Lewandowski específica à suspensão da privatização da empresa. Presente ao MAR, **o ministro das Minas e Energia, Moreira Franco**, saiu sem dar declarações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Política**Autor:** Raphael Di Cunto | De Brasília**Título:** Aprovada venda de distribuidoras da Eletrobrás

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, num acordo entre o governo e a oposição, emendas ao projeto de lei que saneia seis distribuidoras de energia da Eletrobrás no Norte e Nordeste que são deficitárias para viabilizar sua privatização, e, com isso, concluiu a votação da proposta, que será agora debatida no Senado.

Os senadores fazem sessão hoje, antes da reunião do Congresso Nacional para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 e dar início ao recesso, mas integrantes do governo consideram improvável que o PL seja votado tão rápido. O leilão das distribuidoras está marcado para dia 26.

Uma das emendas aprovadas, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), modifica as regras da tarifa social e amplia a faixa de isenção. Pela proposta, os consumidores residenciais de baixa renda terão isenção de até 70 kWh (kilowatt hora) por mês. A lei atual, aprovada no governo Lula, tinha quatro faixas de isenção, de acordo com o consumo, e que, segundo o relator do projeto, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), eram de difícil fiscalização.

Lopes afirmou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concorda com a alteração e que não haverá custo adicional para os demais consumidores, que custeiam a gratuidade para a baixa renda. Com a mudança, defendeu, será possível monitorar o consumo dessas famílias pela internet e controlar fraudes no cadastro.

O PT tinha emenda para elevar a isenção a 80 kWh, mas cedeu para garantir a aprovação. Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), a nova regra, se aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente Michel Temer, aumentará em cerca de 10 kWh a gratuidade para as famílias que consomem até 100 kWh/mês e deixará praticamente igual para aquelas que usam até 200 kWh/mês.

Outra emenda, do deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG), adequa o programa Luz Para Todos as características de regiões isoladas, principalmente do Norte do país, que não estão no Sistema Interligado Nacional (SIN) de transmissão de energia e que seriam 0,03% das residências.

O texto estabelece que "em áreas remotas, distantes das redes de distribuição", a instalação será sem custo para quem tiver consumo mensal igual ou inferior a

80 kWh. Antes, a lei estabelecia a gratuidade para unidades consumidoras de até 50kW e exigia a extensão da rede primária.

Segundo Rodrigo de Castro, essa exigência inviabilizava a universalização. "A empresa não vai fazer uma linha de transmissão de 500 km no Mato Grosso para atender uma única comunidade ou família. O projeto dá condições de ela avaliar, tecnicamente, qual a melhor forma, com energia solar de dia e a óleo a noite, por exemplo", afirmou.

Os deputados aprovaram também redução, de 60 para 36 meses, do prazo antes do fim do contrato para as concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia pedirem a prorrogação e que o prazo para autorização para geração de energia só conte após o início efetivo da operação da usina. A Câmara rejeitou emendas do Psol e PT que garantiam a estabilidade dos seis mil funcionários das distribuidoras privatizadas por um ano e meio após a venda e a possibilidade que sejam deslocados para outras estatais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Geração renovável atrai Petrobras e Total

Seguindo o movimento crescente de aproximação das petroleiras globais com o setor de energias renováveis, a Petrobras também pretende se reposicionar e aumentar sua presença na área de energia limpa. A estatal brasileira assinou, nesta semana, um memorando de entendimentos com a francesa Total - e sua subsidiária Total Eren - para avaliar negócios conjuntos em energia solar e em eólica no Brasil.

O acordo marca uma reaproximação da petroleira com as renováveis. A empresa inaugurou seus primeiros e únicos parques eólicos em 2011 e seu único projeto de geração solar, em 2014, mas praticamente interrompeu seus investimentos no setor nos últimos anos. As iniciativas recentes da empresa na área se concentraram em alguns projetos de pesquisa e desenvolvimento. Em 2017, a estatal investiu R\$ 52,4 milhões em P&D em tecnologias de baixa emissão, sendo R\$ 11,4 milhões em solar e eólicas.

O diretor de estratégia, organização e sistema de gestão da Petrobras, Nelson Silva, destaca que, embora a companhia tenha se concentrado nos últimos dois anos em investir no pré-sal, com foco na sua reestruturação financeira, a petroleira nunca deu "um passo para trás" no seu interesse em renováveis.

O executivo lembra que o atual plano de negócios 2018-2022 da companhia já sinaliza para a estratégia de "desenvolver negócios de alto valor em energia renovável". E antecipa que o próximo planejamento estratégico da empresa, ainda em elaboração, dedicará mais atenção às energias renováveis.

"Nos últimos dois anos nos concentramos na área de óleo e gás, porque a situação financeira era difícil, mais estressada. A partir de agora daremos mais atenção ao assunto das renováveis. Não temos dotação orçamentaria ainda, porque ainda não identificamos as oportunidades, mas estamos sinalizando que temos interesse de crescer em participação na área de renováveis", disse Silva, ontem, em teleconferência com jornalistas.

O executivo explica que a parceria entre a Petrobras e a Total focará no desenvolvimento de projetos novos que ainda não saíram do papel (os "greenfields") - sem descartar totalmente a possibilidade de aquisições, se houver alguma oportunidade interessante. O diretor, porém, já antecipou que os ativos à venda pela Eletrobrás não interessam.

Ainda segundo o executivo, Petrobras e Total miram oportunidades de investimento conjunto nos leilões de energia nova. "[A parceria] pode estar acoplada a oportunidades de 'bid rounds' [leilões]", afirmou.

Silva afirmou que a intenção inicial é começar a parceria explorando o potencial de renováveis em terrenos próprios da estatal localizados no Nordeste.

"Uma das particularidades da eólica é que tem que se ter uma área física, e nós temos áreas no Brasil... Não é que a gente fique circunscrito a isso, mas temos áreas com sinergia, no Nordeste, e podemos estudar alguma coisa que faça sentido para as duas empresas... Vamos começar a conversa por aí", disse Silva.

Ele explicou, ainda, que a parceria é voltada para desenvolvimento de negócios em solar e eólica em terra no Brasil, mas que a Petrobras também tem interesse em desenvolver projetos eólicos no mar. Nesse caso, a estatal pode buscar outros parceiros.

"Não excluimos eventuais parcerias na área eólica offshore. Poderemos buscar parcerias nessa área", afirmou o diretor.

A Petrobras possui quatro parques eólicos, que totalizam uma potência instalada de 104 megawatts, e uma unidade de pesquisa e desenvolvimento em energia solar fotovoltaica de 1,1 MW, ambos no Rio Grande do Norte.

Já a Total vem intensificando sua presença no mercado de renováveis nos últimos anos. A francesa atua em toda a cadeia da indústria solar fotovoltaica por meio da SunPower e da Total Solar. Em 2017, a petroleira adquiriu uma fatia

indireta de 23% na Eren Renewable Energy (a Total Eren) e, este ano, concluiu a compra de 73,04% da Direct Energy. Só a Total Eren possui 950 MW em operação ou em construção no mundo. No Brasil, a empresa possui três usinas solares, sendo 25 MWpico em operação e 115 MWp em construção, segundo informações contidas no portfólio da empresa, no site.

A Total não é a única petroleira estrangeira a manifestar interesse no negócio de energia renovável no Brasil. A norueguesa Equinor (ex-Statoil) também entrou no mercado brasileiro, ao criar uma joint venture com a também norueguesa Scatec Solar para investir em solar no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval | Financial Times

Título: Chefe da Saudi Aramco alerta para crise de oferta

A indústria do petróleo corre o risco de sofrer uma crise de oferta porque as empresas vêm priorizando o setor de xisto e outros empreendimentos de curto prazo em vez dos grandes projetos de longo prazo que costumavam ser vistos no passado, segundo Amin Nasser, executivo-chefe da Saudi Aramco, gigante petrolífera estatal da Arábia Saudita.

Nasser disse que os crescentes investimentos na produção de ciclo curto - cuja operação começa mais rápido mas também acaba antes do que os projetos convencionais - não vão ser suficientes para atender a demanda cada vez maior por petróleo. "Algo como o petróleo de xisto [...] não vai realmente ter grande impacto na exigência mundial de oferta total até 2040", disse Nasser, em entrevista ao "Financial Times".

Depois da brutal recessão enfrentada pela indústria nos últimos anos, as grandes petrolíferas têm priorizado o corte de custos e o retorno de dinheiro aos investidores por meio de recompras de ações e distribuição de dividendos. "Isso indica que as empresas estão preocupadas em atender as exigências dos acionistas", disse Nasser sobre a relutância em investir em projetos que são muito caros e levam mais tempo para começar a produzir, mas que costumam operar por mais tempo.

Avanços tecnológicos na técnica de fraturamento hidráulico liberaram volumes imensos de petróleo antes inacessíveis em formações rochosas, de forma que petrolíferas como ExxonMobil, Chevron e Royal Dutch Shell investiram pesadamente nos campos de xisto nos EUA, que geram dinheiro mais rápido. O mundo, no entanto, ainda vai depender do petróleo convencional, como o da Arábia Saudita, maior exportador mundial da commodity.

Os comentários de Nasser chegam em meio ao surgimento de dúvidas quanto ao empenho e disposição da Arábia Saudita em seguir adiante com os planos de abrir o capital da empresa. Há temores entre os sauditas de que a operação não confira a avaliação de US\$ 2 trilhões desejada pelo poderoso príncipe herdeiro do país, Mohammed bin Salman, e que, além disso, possa trazer vulnerabilidades jurídicas para a petroleira.

"É uma decisão soberana", disse Nasser, acrescentando que Riad ainda vai decidir se realmente vai promover uma oferta pública inicial de ações da petrolífera.

A AIE sustenta que a falta de investimentos em grandes projetos afetará o fornecimento no início dos anos 2020

A produção de petróleo da Arábia Saudita também está no centro dos holofotes. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu aos sauditas que elevem a produção em 2 milhões de barris por dia para conter a alta dos preços, em meio aos problemas produtivos na Venezuela e à iminente queda no fornecimento iraniano depois da reimposição das sanções contra país. Os EUA, apesar da onda de expansão produtiva com o xisto, ainda dependem de petróleo estrangeiro.

A Arábia Saudita concordou em elevar a produção em 1 milhão de barris diários em relação ao nível de maio e analistas do setor dizem que a produção doméstica poderia chegar ao recorde de 11 milhões de barris diários. A Arábia Saudita, contudo, ainda não concordou em começar a usar sua capacidade máxima, o que lhe deixaria pouco espaço para produzir mais em caso de problemas inesperados no fornecimento mundial.

Nasser, que deu a entrevista antes do encontro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), reconheceu que a Arábia Saudita, sozinha, não tem capacidade para manter o mercado de petróleo sob controle no longo prazo. "Todos precisam fazer a sua parte [...] Vamos contribuir, mas quanto vamos contribuir?", disse Nasser, assegurando que há fontes suficientes para atender a demanda mundial e reverter o esgotamento dos campos existentes.

Bob McNally, da consultoria especializada em energia Rapidan Group, com sede em Washington, disse que as petrolíferas internacionais estão se voltando aos projetos de ciclo curto em parte porque a Opep mostrou não ser capaz de "ancorar os preços do petróleo" - seja para cima ou para baixo - e proteger os retornos no longo prazo.

A Agência Internacional de Energia (AIE) vem sustentando que a insuficiência de investimentos em projetos de grande escala vai levar a uma falta no

fornecimento no início dos anos 2020, quando a produção de xisto nos EUA deve chegar a seu ápice.

Na metade final da atual década, os investimentos das petroleiras em bens de capital deverão ter caído quase pela metade, para US\$ 443,5 bilhões, em comparação aos US\$ 875,1 bilhões investidos entre 2010 e 2015, de acordo com outra consultoria especializada no setor, a Rystad Energy.

Parte disso se deve ao declínio no custo de desenvolvimento de campos petrolíferos, mas a queda nos investimentos também coincide com o novo foco dos grandes grupos de energia em canalizar mais dinheiro a projetos de curto prazo e de fontes renováveis, já que buscam garantir seu futuro em um mundo de energia de baixas emissões de gás carbônico.

Grandes petroleiras, como BP e Shell, ainda não veem problemas de falta de oferta. Executivos do setor, por outro lado, dizem que as empresas têm consciência da aproximação do dia em que a demanda por petróleo chegará a seu pico e começará a cair - fator que também está determinando as estratégias de investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Edital da Cesp agrada e mercado espera competição

O novo edital de privatização da Cesp, publicado no sábado, foi bem recebido pelo mercado. As ações da companhia subiram 5,78% ontem, a R\$ 17,56, refletindo o otimismo com relação à quarta tentativa de venda da estatal.

O preço mínimo das ações será de R\$ 14,30, o que deve incentivar a concorrência no certame, marcado para 2 de outubro. Se essa visão se concretizar e o leilão tiver vários competidores, o preço pode subir consideravelmente. O Bradesco BBI, por exemplo, considera que o valor justo seria de até R\$ 26 por ação. O preço seria ainda maior, mas tem o desconto da outorga cobrada pelo novo contrato de concessão da hidrelétrica de Porto Primavera.

O acordo fechado pela Cesp na semana passada para encerrar ações judiciais movidas no Mato Grosso do Sul também ajudou a impulsionar essa percepção. A companhia tirou R\$ 2,2 bilhões em contingências do seu balanço, melhorando a atratividade do ativo.

Citando esses fatores, o Bradesco BBI subiu o preço-alvo das ações da companhia de R\$ 27 para R\$ 28, em um cenário de 75% de probabilidade de privatização bem-sucedida. "Notamos que não há cenário algum em que o valor justo da Cesp fique abaixo do preço mínimo do leilão, mesmo com estimativas muito conservadoras e mantendo a companhia uma empresa estatal", escreveram, em relatório, os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira.

O UBS também subiu o preço-alvo das ações da Cesp de R\$ 15 para R\$ 18, mas manteve a recomendação neutra. Para os analistas Marcelo Sá e Fernando Zorzi, os termos apresentados para a privatização são mais atraentes do que os da tentativa malsucedida do ano passado. A resolução do conflito judicial com o Mato Grosso do Sul é outro ponto que reforça a atratividade. Para o banco, se a Cesp for realmente privatizada, as ações podem chegar a R\$ 21.

No modelo do Bradesco BBI, as ações da companhia valeriam até R\$ 30 depois da privatização. Se a companhia continuar estatal, o preço justo seria de R\$ 20 por ação, ainda muito acima do mínimo de R\$ 14,30 do leilão.

O BTG Pactual avaliou que o edital deve tornar o leilão da companhia atrativo, mas manteve o preço-alvo em R\$ 20 e a recomendação de compra. Em relatório, os analistas João Pimentel e Filipe Andrade destacaram que pode ser interessante aos minoritários não venderem suas ações na companhia dependendo de quem for o vencedor. Isso porque o novo controlador deve herdar uma empresa que reduziu as despesas operacionais e riscos jurídicos, com espaço para aumentar a rentabilidade e obter melhoras nas condições operacionais.

Os riscos jurídicos sempre foram um tema sensível aos acionistas da Cesp, devido aos muitos passivos não provisionados em seu balanço. Uma reavaliação do risco de perda das ações, porém, pode trazer ganhos de valor para a estatal paulista. Depois do acordo com governo sul-mato-grossense, a Cesp ficou ainda com R\$ 10,357 bilhões em contingências judiciais, para o qual há R\$ 2,09 bilhões provisionados.

Os analistas do Bradesco BBI reavaliaram todos os processos relevantes que envolvem a Cesp e excluíram das contingências todos aqueles em que a companhia já obteve vitória em segunda instância. Isso reduz o montante em 37%, para R\$ 6,575 bilhões, o que melhora o valor do ativo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Finanças**Autor:****Título:** Destaques**Cemig estuda reabrir bônus**

A Cemig pretende captar até US\$ 500 milhões com a reabertura de bônus emitido no exterior com vencimento em 2024, segundo fonte com conhecimento da operação. A empresa iniciou conversa com investidores e pode realizar a operação nesta semana a depender das condições de mercado. O papel da Cemig tem cupom de 9,25% e estava sendo negociado com alta, a 101,75% do valor de face, e yield (retorno) de 8,75%. Essa é a primeira operação de emissão de bônus no exterior após a captação da Unigel, em maio. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .